



BATORÉO, Hanna J. **Que gramática(s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica?** *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 16, Dezembro 2014. [<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>]

<https://doi.org/10.35520/diadorim.2014.v16n0a4023>

QUE GRAMÁTICA(S) TEMOS PARA ESTUDAR O PORTUGUÊS LÍNGUA PLURICÊNTRICA?

Hanna J. Batoréo¹

RESUMO

O *pluricentrismo linguístico* corresponde hoje a um fenómeno generalizado e largamente estudado (cf. Clyne (ed.): 1992, Silva (ed.): 2013), também no âmbito da Língua Portuguesa (Baxter: 1992, Silva *et al.* (ed.): 2011, Batoréo e Casadinho: 2009, Batoréo e Silva: 2012). No presente estudo, iremos reflectir sobre a necessidade de uma gramática da Língua Portuguesa perspectivada como língua pluricêntrica. Partindo da reflexão de Neves e Caseb-Galvão (2014), iremos abordar o objecto de estudo de nove gramáticas publicadas nos últimos anos (seis no Brasil: Azeredo: 2008, Bagno: 2012, Bechara: 1999, Castilho: 2010, Neves: 2011 e Perini: 2010, e três em Portugal: Cunha e Cintra (1984), Mateus *et al.* (2003) [1983] e Raposo *et al.* (org.) 2013), procurando verificar se elas reflectem a realidade pluricêntrica da Língua Portuguesa do séc. XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas pluricêntricas; Variação linguística; variedades do Português; Português Europeu (PE); Português do Brasil (PB); Português brasileiro; Português língua pluricêntrica; gramáticas do Português.

ABSTRACT

If one intends to study Portuguese as a pluricentric language (cf. Baxter: 1992, Clyne (ed.): 1992, Batoréo e Casadinho (2009), Batoréo e Silva (2012), Silva *et al.* (ed.): 2011, Silva (ed.): 2013) one of the fundamental questions one have to face is *what grammar you need in order to reflect the pluricentric reality of the language*. In our study we shall discuss this issue analyzing the subject matter of nine Portuguese recently published grammars: six in Brazil (Azeredo: 2008, Bagno: 2012, Bechara: 1999, Castilho: 2010, Neves: 2011 e Perini: 2010), and three in Portugal (Cunha e Cintra (1984), Mateus *et al.* 2003 [1983] e Raposo *et al.* (org.) 2013), aiming to verify to what extent they reflect this pluricentric reality of Portuguese Language from the XXI century.

KEYWORDS: Pluricentric languages; language variation; varieties of Portuguese; European Portuguese (EP); Brazilian Portuguese (BP); Portuguese as a pluricentric language; Portuguese grammars.

1. Docente da Universidade Aberta, CLUNL, Lisboa. Apoio do CLUNL, no âmbito do Projecto PEst-OE/LIN/UI3213/2014.

Português e pluricentrismo linguístico

No século XXI, é utópico pensar-se na possibilidade de existir uma comunidade linguisticamente homogénea ou, seguindo o velho slogan “uma-nação-uma-língua”, na eventualidade de uma sociedade ou uma nação serem monolíngues. A recente globalização, a facilidade de comunicação, de deslocação de indivíduos, grupos ou comunidades inteiras, bem como a ubiquidade de migrações constantes de povos por razões tão antigas como a guerra, fazem com que as línguas e/ou dialectos diferentes entrem em contacto uns com os outros de um modo cada vez mais fácil e mais visível e com que se adaptem a novos contextos sociais e culturais da coexistência linguística e cultural. Isto significa que as diferentes variedades do que formalmente se considera uma língua, passem a ter uma dimensão supranacional, numa escala global, muitas vezes geograficamente descontínua.

Embora introduzido no fim dos anos setenta e desenvolvido a partir dos anos noventa (cf. Clyne (ed.): 1992), o conceito do *pluricentrismo linguístico* corresponde hoje em dia a um fenómeno generalizado e largamente estudado (cf. SILVA *et al.* (ed.), 2011; SILVA (ed.), 2013):

The term *pluricentric* was employed by Kloss (1978 II: 66-67) to describe languages with several interacting centres, each providing a national variety with at least some of its own (codified) norms. Pluricentric languages are both unifiers and dividers of peoples. They unify people through the use of the language and separate them through the development of national norms and indices and linguistic variables with which the speakers identify.

(CLYNE, 1992, p. 1)

São consideradas tipicamente pluricêntricas as línguas que apresentam diferentes variedades faladas em diversos países ou regiões distintas, com um ou mais núcleos nacionais, isto é, com uma ou mais normas nacionais próprias, substituindo este modelo uma perspectiva mais antiga que considerava as variedades mais distantes do *standard* tradicional e historicamente estabelecido como “desvio” da norma.

In recent years, the basis for the discussion of national varieties in German has shifted from a “deviation from the centre” model to a pluricentric one (...). Similar changes in thinking have taken place in other speech communities, but often the attitude of the most powerful nation using the language is still somewhat ambivalent. (...) The pluricentric model has been characteristically followed by linguists

working from outside the traditionally more/most powerful centre of language, such as French-Canadians or Latin-Americans (rather than those from Paris or Madrid). On the whole, linguists based in the (historically) older or politically and economically more powerful centre will tend to see other varieties as deviations from their norm, or on a par with regional dialects.

(CLYNE: 1992, p. 1).

Não se trata, por conseguinte, no caso de pluricentrismo linguístico de um fenómeno novo, mas de uma nova perspectiva de abordagem e de análise linguística com forte cunho variacionista: uma língua pluricêntrica corresponde, em termos genéricos (e, por vezes, um tanto simplistas) ao que tradicionalmente se tem convencido chamar de uma língua mundial/ global/ internacional e que é adoptada como oficial nos países onde não é falada como língua materna, mas aprendida como língua segunda, e que é também utilizada em organizações internacionais e nas relações diplomáticas. Por conseguinte, são consideradas como prototipicamente pluricêntricas as línguas dos antigos povos colonizadores sobretudo europeus (deixando, assim, de lado outro tipo de colonizações e dimensões geográficas), fruto da expansão de impérios coloniais, que ao longo da história levaram os seus idiomas para as terras na altura por eles desconhecidas, tal como aconteceu quer em escala mundial com o francês, inglês, castelhano, português ou neerlandês quer, numa escala menos extensa, com o italiano ou o alemão (só para citar algumas das línguas europeias que colonizaram o mundo; para outras como, por exemplo, árabe, mandarim, sueco, arménio ou servo-croata, ver CLYNE (ed.), 1992).

Entre as línguas europeias, o alcance do Português ocupa um lugar destacado (cf. BAXTER, 1992, SILVA *et al.*, 2011), sobretudo por ser (i) o idioma nacional de dois países (geograficamente distantes): Portugal e Brasil, (ii) a língua falada na qualidade de variedade(s) galega(s) na Galiza, em Espanha (podendo, porém, o Galego ser, eventualmente, considerado uma língua independente do Português apesar das raízes comuns no Galego-português) e (iii) a língua oficial numa série de países independentes, ex-colónias portuguesas em África (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe) e na Ásia (Timor-Leste). O pluricentrismo, neste caso, significa que estamos perante duas variedades nacionais da Língua Portuguesa – a norma portuguesa e a norma brasileira (e isto independentemente da variação dialectal existente em cada um destes países) –, bem como perante as variedades locais faladas em cada um dos outros países (como, por exemplo, as variedades africanas – angolana e moçambicana. Cf. RAPOSO *et al.*, 2013), algumas ainda não suficientemente bem estudadas nem conhecidas apesar de muito esforço já desenvolvido neste sentido por linguistas dedicados à investigação na área (cf. site *Cátedra de Português*).

O que estudamos no âmbito do *Português língua pluricêntrica*?

Problemática da área e proposta de uma temática nova

Do ponto de vista linguístico, cada uma das variedades do Português, independentemente do *status* que lhe é atribuído oficialmente (língua nacional, língua oficial, língua segunda etc.) pode apresentar as suas especificidades ao nível sintáctico, semântico, fonológico e/ ou lexical, o que pode até chegar a criar dificuldades de intercompreensão entre os falantes de variantes diferentes. A problemática que recentemente tem vindo a ser trazida à tona das discussões na área (cf. BATORÉO e SILVA, 2012), sobretudo no âmbito da Linguística Cognitiva e, muito particularmente, da Sociolinguística Cognitiva (cf. SILVA (ed.), 2013), tem sido muito diversificada, procurando enfrentar os velhos tabus linguísticos e culturais da Língua Portuguesa, tais como o do Português percebido como um bloco monolítico único, indivisível e resistente aos ventos da história e do tempo, superiormente uno, apesar da diversidade visível. Estas discussões, que podem ser acompanhadas, por exemplo, em Silva *et al.* (2010), Batoréo e Casadinho (2009) e Batoréo e Silva (2012), para citar apenas alguns dos estudos mais recentes, focam a problemática que pode ser estudada em [nos] seguintes blocos temáticos:

- (i) convergência e divergência entre o Português Europeu (PE) e o Português do Brasil (PB), e estratificação das variedades nacionais;
- (ii) conceptualização do mundo em variedades diferentes da mesma língua e a sua transparência ao nível da construção linguística: padrões de variação nacional e correlações entre variáveis lexicais e gramaticais no pluricentrismo do Português;
- (iii) percepção e avaliação das variedades nacionais: modelos cognitivos e culturais de categorização e avaliação do Português Europeu e do Português do Brasil;
- (iv) identidade linguística, atitudes de purismo e de independentismo e o seu impacto no desenvolvimento das variedades nacionais;
- (v) distâncias linguísticas objectivas e subjectivas entre as variedades nacionais: correlações entre distâncias linguísticas objectivas, distâncias percebidas e atitudes linguísticas;
- (vi) planeamento e políticas multilaterais de língua para o Português como língua pluricêntrica.

No presente estudo e na sequência das temáticas acima apresentadas, surge uma temática nova, com a qual pretendemos reflectir sobre a questão: *Que gramática(s) temos e de que gramática(s) precisamos para estudar o Português língua pluricêntrica?*

Trata-se de uma questão até agora não estudada pelos linguistas, ausente das temáticas da área, mas claramente emergente das questões (i) a (vi) apresentadas acima. A motivação para esta proposta vem da recente abordagem conjunta e englobante das mais recentes gramáticas do Português apresentada em Neves e Caseb-Galvão (2014) e da leitura subliminar que esta obra nos oferece.

Por conseguinte, ao tentarmos encontrar resposta à questão: “*Que gramática para o Português língua pluricêntrica?*”, partimos das seguintes perguntas:

- Se as gramáticas do Português publicadas nos últimos anos aquém e além Atlântico, elaboradas com abordagens linguísticas modernas e diversificadas, são tão numerosas como demonstra o estudo Neves e Caseb-Galvão (2014), será que esta riqueza reflecte a realidade da Língua Portuguesa no mundo e nos permite encarar a problemática da sua pluricentricidade de um modo informado e representativo?
- Ou será que – pelo contrário –, em vez de várias gramáticas parciais de variedades nacionais de que dispomos neste momento, precisamos de uma gramática *global* do Português pluricêntrico que nos permita olhar para a totalidade da temática da variação interna da Língua Portuguesa de um modo equitativamente distribuído entre as variedades nacionais e as outras, (ainda) não reconhecidas como total, mas igualmente presentes na nossa realidade pluricêntrica?

Na senda de Neves e Caseb-Galvão (2014), no presente estudo iremos:

(1) restringir o levantamento das gramáticas analisadas apenas às obras elaboradas pelos linguistas da Língua Portuguesa de renome internacional com obra sobejamente conhecida e reconhecida na área e publicada quer em Portugal quer no Brasil, onde o Português tem o estatuto de língua nacional;

(2) ter em conta apenas as publicações totalmente novas ou reeditadas e ampliadas nos últimos quinze anos (isto é, no que corresponde genericamente ao século XXI):

- no Brasil, referir as seis gramáticas mais recentes (citadas, aqui, por ordem alfabética): Azeredo (2008), Bagno (2012), Bechara (1999), Castilho (2010), Neves (2011) e Perini (2010);
- em Portugal, além da obra referenciada em Neves e Caseb-Galvão (2014) e Mateus *et al.* (2003 [1983]), abordar ainda a gramática tradicional e normativa de Cunha e Cintra (1984) várias vezes reeditada, bem como a obra mais recente,

Raposo *et al.* (2013), da qual apenas dois volumes – dos três previstos – foram publicados no ano passado e disponibilizados ao público.

O objecto de estudo da(s) gramática(s) contemporânea(s) do Português

A recente proposta de Neves e Caseb-Galvão (2014) sobre as gramáticas do Português contemporâneo publicadas recentemente quer no Brasil quer em Portugal resultou de um encontro histórico de autores de gramáticas do Português organizado em formato de uma mesa redonda no *IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa* (IV SIMELP), realizado na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, em Julho de 2013 e, posteriormente, publicado em formato de livro. A coordenadora da mesa, Maria Helena Moura Neves, reuniu um grupo de seis autores de gramática brasileiros (juntando-se ela própria a cinco outros autores: José Carlos Azeredo, Marcos Bagno, Evanildo Bechara, Ataliba Teixeira de Castilho e Mário Perini), bem como como uma representante dos gramáticos portugueses, Maria Helena Mira Mateus. A todos os presentes, a organizadora pediu que completassem a frase “*Eu defino a minha gramática como*”, caracterizando a sua obra quer numa visão histórica quer numa perspectiva educacional. A organização das intervenções foi feita por sequência cronológica da publicação da primeira obra gramatical de cada um dos autores, com início em Evanildo Bechara e acabando em Marcos Bagno.

A auto-avaliação pretendida pela organizadora da mesa redonda resultou num leque muito variado de definições, posturas teóricas e entendimentos metodológicos do trabalho de um gramático. Assim, procurando definir a gramática da sua autoria, Evanildo Bechara, autor de *Moderna gramática portuguesa* (1999 [1961]) defendeu que fazer uma gramática implicava focar o interesse nos seus usuários, procurando aperfeiçoar a sua educação linguística na qualidade de cidadãos da comunidade linguística em que se encontram inseridos (NEVES e CASEB-GALVÃO, 2014, p.12). Os outros autores das gramáticas, no entanto, destacaram outros factores como fundamentais para a elaboração das suas obras.

Assim, segundo Perini (2010), autor de *Gramática do português brasileiro*, a gramática é uma disciplina científica e, portanto, o seu estudo deve ser parte da formação científica dos alunos, sendo o primeiro dos compromissos a ser assumido pelo gramático o da confrontação da descrição da língua com a realidade a que ela diz respeito (NEVES e CASEB-GALVÃO: 2014, p. 12).

Na perspectiva de Neves (2011 [2000]), autora da *Gramática de usos do português*, uma gramática deve ser “voltada para a língua como actividade interactiva, em contexto de uso, com papel no uso discursivo-textual” (NEVES e CASEB-GALVÃO: 2014, p. 12), enquanto Azeredo (2008) entende a

sua *Gramática Houaiss da língua portuguesa* como “uma obra voltada para a variedade padrão escrita do português em uso no Brasil” (NEVES e CASEB-GALVÃO: 2014, p. 13).

Na mesma linha tradicional e normativa de Bechara (1999 [1961]), Azeredo (2008) declara a sua obra moldada pela óptica de um professor de Língua Portuguesa que tem em conta a formação de futuros professores do Português, mas em geral também “quaisquer brasileiros cuja formação em língua portuguesa requeira (...) competência (...) na modalidade escrita padrão” (NEVES e CASEB-GALVÃO: 2014, p. 13).

Por outro lado, Castilho (2010) declara na sua *Nova gramática do português brasileiro* uma abordagem teórica original, denominando-a de multissistêmica e governada por um dispositivo socio-cognitivo (NEVES e CASEB-GALVÃO: 2014, p. 13).

O mais novo dos autores brasileiros reunidos, Marcos Bagno (2012), autor de *Gramática pedagógica do português brasileiro*, é conhecido pela sua postura iconoclasta militante e de ruptura em relação à tradição gramatical portuguesa. Na descrição da sua gramática, Bagno (2012) propõe que “o vernáculo brasileiro autêntico seja a referência para o nosso ensino de língua materna” numa “clara, nítida e assumida militância em favor do reconhecimento definitivo de que o português europeu e o português brasileiro já constituem duas línguas diferentes” (NEVES e CASEB-GALVÃO: 2014, p. 14).

A única interveniente portuguesa da mesa redonda, Maria Helena Mira Mateus, em representação das autoras da *Gramática da língua portuguesa* (2003 [1983]) afirmou que a sua obra tem por base a norma-padrão do Português Europeu, embora faça referência a outras variedades nacionais, geográficas e/ou sociais da Língua Portuguesa.

Comparando as sete gramáticas abordadas em Neves e Caseb-Galvão (2014) e acima referenciadas (seis publicadas no Brasil e uma em Portugal), verificamos que os seus autores não só defendem posturas teóricas e metodológicas muito diferentes – percorrendo o caminho entre a gramática tradicional e normativa, baseada nos dados provenientes dos textos escritos e literários, através de uma gramática descritiva orientada preferencialmente para o uso linguístico (quer oral quer escrito) até propostas teóricas mais elaboradas e bastante diferenciadas –, mas também focam de modo diferente a pluricentricidade do Português, apesar de não utilizarem explicitamente este termo.

Assim, as autoras portuguesas Mateus *et al.* (2003 [1983]), num livro intitulado de um modo genérico *Gramática da língua portuguesa*, centram-se assumidamente na norma-padrão do Português Europeu (PE), remetendo outras variedades à exemplificação delimitada pela perspectiva histórica do desenvolvimento do idioma e pela variação, circunscrevendo a temática a um capítulo apenas, com dez páginas dedicadas ao *Português europeu e português brasileiro: duas variedades nacionais da língua portuguesa* (Mateus *et al.*, 2013, p. 45-54). Logo no primeiro capítulo da obra, as autoras da *Gramática*

fazem uma curta referência à expansão mundial do Português e afirmam explicitamente contemplar a norma-padrão do Português Europeu:

Em línguas com larga história de expansão e de mobilidade dos seus falantes nativos, observa-se a existência de variedades que se vão progressivamente fixando e autonomizando, até ser possível caracterizá-las como variedades locais ou mesmo nacionais. É esta perspectiva que distinguimos entre a variedade europeia do português que designamos de **português europeu** (PE) e a variedade brasileira do português ou **português brasileiro** (PB). (...). Esse aspecto enriquecedor torna-se mais evidente no léxico, com a introdução de palavras novas relativas aos diversos universos de referência, mas é também patente nos vários módulos da gramática.

(MATEUS *et al.*, 2003, p. 34)

Por conseguinte, a referência à Língua Portuguesa no título da referida gramática equivale prototipicamente à descrição da norma-padrão da variedade nacional usada em Portugal, o que resulta numa postura incoerente da parte das autoras da obra. Se, por um lado, a variação da Língua Portuguesa é inegável e as autoras assumem pela primeira vez na história das gramáticas portuguesas a existência de uma variedade europeia – o Português Europeu – na qual focam a sua descrição, por outro lado, mantêm no título a referência à unicidade da Língua Portuguesa, reforçando o entendimento desta variedade como dominante, na tradição histórica do país de berço da língua-mãe.

Uma postura análoga, embora tomada do outro lado do Atlântico, surge na gramática tradicional da autoria de Azeredo (2008), em que *uma gramática da língua portuguesa* que surge no título da obra corresponde, por sua vez, à variedade *padrão escrita* do português em uso no Brasil. No entanto e ao contrário do que acontece no caso anterior, o foco no objecto da variedade padrão e escrita do Português do Brasil (PB) aponta para uma variedade normativa e historicamente ainda bastante próxima da norma-padrão escrita em uso também em Portugal, legitimando, assim, a escolha do título da obra, em defesa da unicidade da Língua Portuguesa como um todo indivisível.

O caso de Bechara (1999 [1961]) é o único dos casos das gramáticas aqui abordadas em que não existe uma delimitação clara do objecto do estudo da sua obra do ponto de vista da variação do Português, opção tornada transparente pela escolha dos exemplos provenientes tanto de Portugal como do Brasil, sempre na modalidade escrita literária dos textos dos séculos XVI – XX.

No entanto, ao contrário de Bechara (1999 [1961]), os outros gramáticos brasileiros delimitam o escopo da gramática que fazem, indicando no próprio título da obra que se trata da gramática *do português brasileiro*, conforme verificamos no caso de Castilho (2010), Perini (2010) e Bagno (2012).

Verificamos, no entanto, que em cada um destes autores existem graus diferentes de empenho na defesa da independência da variedade falada no Brasil em relação à variedade falada em Portugal.

Na gramática de Neves (2011), embora o título *A Gramática de usos de Português* não faça referência explícita à variedade utilizada, a autora defende tratar-se de “uma obra de referência que mostra como está sendo usada a língua portuguesa actualmente no Brasil.” (NEVES: 1999, p. 13).

Tal como demonstrado acima pela referência às gramáticas dos autores brasileiros,

(...) a opção de cada autor pelo objecto definido mostra, de um lado, a evolução do conhecimento linguístico geral e específico a respeito da natureza da língua praticada no Brasil em suas duas modalidades e diversidades de géneros; e de outro lado, a necessidade de redefinição de perspectivas e padrões de análise. Com fundamento nessa ideia, a evolução quanto à qualificação do objecto a ser estudado, *que hoje apenas virtualmente pode ser denominado língua portuguesa*, acompanha tanto a mudança interna do objecto a ser estudado quanto a externa, referente à compreensão que se passou a ter sobre ele, com base na evolução da ciência linguística. Desse modo, é possível perceber como a gramática, em seu dinamismo, acompanha o desenvolvimento das ciências da linguagem, quando revelam a existência de outro ponto de vista na interpretação de seu objecto; o que fica aparente até, mas não necessariamente, nos títulos, revelando a inscrição da obra em dado tempo/ espaço, nesse caso, no tempo presente no Brasil. Assim é que nesse recorte vemos a seguinte sequência terminológica usada para denominar o objecto estudado nas gramáticas: *Português* > *Português do Brasil* > *Português Brasileiro*.

(NEVES e CASEB-GALVÃO: 2014, p. 125, itálicos nossos)

Por conseguinte, se Bechara (1999) estuda genericamente o *Português* na sua modalidade escrita, Neves (2011 [1999]) e Azeredo (2008) focam as suas gramáticas na modalidade escrita do *Português do Brasil*, tanto Perini (2010), Castilho (2010) como Bagno (2012), fazem do objecto do seu estudo o *português brasileiro*, embora cada um dos intervenientes o entenda, defina e descreva de modo diferente. Segundo Castilho (2010), o *Português no/do Brasil* e o *Português brasileiro* podem ser definidos de modo seguinte:

Há mais de quinhentos anos a língua portuguesa foi trazida ao Brasil. Nos séculos XVI a XVIII foi rotulada como o *português no Brasil*, pois era inteiramente lusitana, e não tinha superado as línguas indígenas. A partir do século XIX, a língua

portuguesa tornou-se majoritária, começou a distanciar-se do português europeu, sendo então denominada *português do Brasil*. A partir dos anos 80 do século XX, suprime-se a preposição *do*, e começamos a falar em *português brasileiro*. Sinaliza-se com isso que novos distanciamentos tinham ocorrido, servindo a expressão para designar a identidade linguística dos brasileiros.

(CASTILHO: 2010, p. 31, itálicos nossos)

Enquanto Bagno (2012) define o seu objecto de estudo como *português brasileiro contemporâneo* ou *vernáculo geral brasileiro* por nele surgirem “as formas genuinamente brasileiras de falar e de escrever” (BAGNO, 2012, p. 33), constatação que cria ruptura em relação ao Português usado em Portugal, Perini (2010) opta por uma definição mais restrita do *português brasileiro* utilizado na sua *Gramática*:

(..) [N]este livro a descrição enfoca a fala das populações urbanas relativamente escolarizadas, e por isso as construções do tipo *nós vai trabalhar* não são incluídas. Ou seja, aqui estou descrevendo a língua falada padrão, uma variedade que é altamente uniforme e socialmente aceita em todo o país.

(PERINI: 2010, p. 44-45)

Para todos os gramáticos brasileiros que centram as suas obras na variedade brasileira da Língua Portuguesa (PB) ou no *português brasileiro*, o Português falado em Portugal merece apenas referência histórica, sem qualquer indicação aos usos específicos do Português Europeu.

Voltando às gramáticas da Língua Portuguesa publicadas em Portugal

No que diz respeito às gramáticas publicadas em Portugal, os últimos trinta anos foram dominados por duas obras: uma gramática normativa (CUNHA E CINTRA, 1984), sucessivamente reeditada ao longo dos anos, e uma gramática descritiva de foro académico (MATEUS *et al.*, 1983), revista e aumentada a partir da sua 5ª ed. em 2003, referida na secção anterior por fazer parte do estudo de Neves e Caseb-Galvão (2014). Além destas duas referências, é importante indicar que, no ano passado, surgiram os dois primeiros volumes (dos três previstos) da *Gramática do Português* da Fundação Gulbenkian (RAPOSO *et al.*, 2013), fruto de dezenas de anos de um trabalho de vários investigadores do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Com os enquadramentos teóricos e metodológicos muito diferenciados em cada uma das obras, as três gramáticas publicadas em Portugal assumem-se ao nível do título como *gramáticas da Língua Portuguesa/ Português*, apesar de visarem apenas a norma europeia e remeterem pouca informação restrita e necessariamente simplificada sobre as outras variedades apenas para um capítulo introdutório dedicado à variação. Das três obras, a gramática tradicional mais antiga e de carácter normativo (CUNHA e CINTRA, 1984), que emergiu na segunda metade do século XX do esforço conjunto de dois linguistas, o português Luís Filipe Lindley Cintra e o brasileiro Celso Cunha, teve por objectivo demonstrar a *superior unidade da LP no meio da sua diversidade*, fruto do que se entendeu na altura como equilíbrio das forças centrípetas e centrífugas de qualquer sistema linguístico:

Como esta Gramática pretende mostrar *a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade*, particularmente do ponto de vista diatópico, geográfico, uma acurada atenção se deu às diferenças no uso entre as modalidades e regionais do idioma, sobretudo às que se observam entre a variedade nacional europeia e a americana. (...) Trata-se de uma tentativa de descrição do português actual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Não descuramos, porém, dos factos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afectivos das formas idiomáticas.

(CUNHA e CINTRA: 1984, XIV, itálicos nossos)

Numa língua existe (...) ao lado da força centrífuga da inovação, a força centrípeta da conservação, que, contra-regrando a primeira, garante *a superior unidade de um idioma como o português*, falado por povos que se distribuem pelos cinco continentes.

(CUNHA e CINTRA: 1984, p. 4, itálicos nossos)

Passados trinta anos sobre a obra de Cunha e Cintra, e dez sobre a versão alargada de Mateus *et al.*, na gramática mais recente de Raposo *et al.* (2013) mantém-se o título e o foco de estudo mantido na variedade nacional falada em Portugal, mas procura-se defender o interesse (teórico) na variação e na heterogeneidade de usos. Na *Introdução* à Raposo *et al.* (org.: 2013), define-se o objecto do estudo de modo seguinte: “A Gramática do Português descreve de um modo tão exaustivo quanto possível, a língua portuguesa na sua variedade europeia contemporânea” (RAPOSO *et al.*, Vol. I, 2013, XXV). E,

depois, explicita-se que este objecto diz respeito à norma-padrão ou variedade culta do português: “Por motivos sociológicos, metodológicos e práticos, esta Gramática tem principalmente como objecto de estudo o português-padrão”. (RAPOSO *et al.*, Vol. I, 2013, XXV-XXVI)

Aparentemente, portanto, estamos perante uma situação análoga à *Gramática* de Mateus *et al.* (2003 [1983]), em que o título que remete à globalidade da Língua Portuguesa não corresponde ao objecto específico do estudo, o Português Europeu. No entanto, os autores procuram esclarecer esta situação logo seguir:

Tal não significa, no entanto, que se tenha descurado a variação linguística, que tem aliás, uma longa tradição nos estudos sobre o português, quer em Portugal, quer no Brasil. Muito pelo contrário: em primeiro lugar, no âmbito das gramáticas sobre a língua portuguesa, a presente obra é pioneira por conter capítulos onde se descrevem (e de forma necessariamente breve) as principais características linguísticas não só do português falado no Brasil como também do português falado em África (com especial incidência sobre as variedades de Angola e Moçambique). Em segundo lugar, a maioria dos autores, embora centrando a sua descrição na variedade culta, dá conta igualmente de fenómenos de variação dialectal, individual e de registo (...). Finalmente, e este é um ponto importante que queremos salientar, esta *Gramática* contém um capítulo que constitui um dos estudos mais completos e sistemáticos sobre as variedades regionais do português apresentado numa gramática. Em suma, com esta *Gramática*, o leitor terá uma visão da heterogeneidade da língua, tomando consciência da multiplicidade dos seus usos.

(RAPOSO *et al.*, Vol. I: 2013, XXVI)

Assim, em Raposo *et al.* (2013, p. 145-156), temos, na Parte I, o capítulo 6, da autoria da linguista brasileira Rosa Virgínia Mattos e Silva, intitulado o *Português do Brasil* com destaque para o subcapítulo (cap. 6.2.) *Algumas características do Português do Brasil*, o que significa que a heterogeneidade da língua a nível de usos diferentes dos europeus, defendida na *Introdução*, se resume, de facto, a onze páginas de texto sobre o PB (juntando-se às mais de vinte dedicadas ao *Português em África*, do capítulo 7, págs. 157-185, do total de quase mil e duzentas páginas de texto do Vol. I da obra). Futuramente, no Volume III ainda por publicar, espera-se um capítulo dedicado especificamente aos *Aspectos contrastivos entre o português do Brasil e o português europeu* (cuja dimensão ainda não se encontra definida). No que diz respeito às referências feitas ao Brasil, a obra publicada em 2013 tem ainda a

colaboração de um outro linguista brasileiro, Rodolfo Iliari, num capítulo dedicado ao papel do Português no seio das Línguas Românicas. Por outro lado, no entanto, a referência às gramáticas da Língua Portuguesa publicadas no Brasil no século XXI está totalmente ausente desta obra recente e muito extensa: na bibliografia final da obra, as únicas referências feitas aos gramáticos brasileiros abordados na secção anterior são as que têm as suas raízes no século anterior, isto é, a Bechara (1999 [1961]) e a Neves (2011), não havendo qualquer tipo de menção às gramáticas brasileiros da autoria de Azeredo (2008), Perini (2010), Castilho (2010) ou Bagno (2012).

Observações finais

A análise do escopo das gramáticas do Português publicadas recentemente tanto em Portugal como no Brasil demonstra que os seus autores têm vivido de costas voltadas, desconhecendo e/ou ignorando o trabalho desenvolvido pelo vizinho do outro lado do Atlântico. Se, na segunda metade do século XX, tal como se observa no caso de Cunha e Cintra (1984), houve um interesse explícito e muito empenhado da parte de cada um dos autores, falantes de variedades nacionais diferentes do Português, em reconhecer e cultivar o carácter supranacional da Língua Portuguesa, ressaltando assim a unidade na diversidade, o século XXI trouxe-nos as gramáticas explicitamente centradas na variedade do Português de cada um dos autores – EP ou BP – chegando-se até a reconhecer que a unidade do Português havia décadas acerrimamente defendida tem hoje apenas carácter *virtual* (CASTILHO, 2010). No primeiro caso, tal como observado nas obras que seguiram o mesmo caminho da gramática tradicional (BECHARA, 1999 [1961]), a superioridade absoluta da unicidade da Língua Portuguesa, apesar da sua diversidade, era consubstanciada pelos exemplos vindos das fontes normativas escritas, consagradas pela história e tradição de tronco comum. No caso das gramáticas mais recentes, as fontes provenientes do estudo da oralidade, mesmo que consagradas como provenientes da norma vigente da variedade em causa, deslocaram o foco de atenção do gramático da escala supranacional para a local (PERINI, 2010), centrando-a explicitamente no uso (NEVES, 2011 [1999]). A mudança do paradigma fez com que os autores brasileiros das gramáticas mais recentes como Perini (2010), Castilho (2010) ou Bagno (2012) optassem pela defesa explícita da existência do *português brasileiro*, em oposição não só ao *Português Europeu*, mas também ao *Português do Brasil*, ressaltando a sua independência e especificidade nacional e deixando reflectir esta opção no título das respectivas obras.

Por outro lado, os autores das gramáticas publicadas em Portugal (MATEUS *et al.*, 2003 [1983] e RAPOSO *et al.*, 2013), embora centrem as respectivas obras explicitamente sobre a sua variedade ma-

terna, o Português Europeu, e remetam os exemplos da reconhecida heterogeneidade da Língua Portuguesa apenas a reduzidos subcapítulos sobre a variação linguística, mantêm nos títulos das gramáticas a referência tradicional e histórica à *Língua Portuguesa/o Português*, remetendo, assim, simbolicamente para o berço do idioma e, por conseguinte, para a variedade nacional europeia como dominante.

Por conseguinte e apesar de, nos últimos anos, a publicação das gramáticas da Língua Portuguesa ter sido rica em Portugal e sobretudo no Brasil, conforme acima exemplificado, não temos nenhuma gramática que foque ou apenas refira a pluricentricidade do Português, olhando para as duas variedades nacionais de um modo equilibrado sem atribuir carácter dominante a nenhuma delas. Com a exceção das duas obras mais antigas acima citadas (CUNHA e CINTRA, 1984, em Portugal, e BECHARA, 1999 [1961], no Brasil), inspiradas pela unicidade e pela tradição histórica, o paradigma seguido nos últimos anos é o do uso específico (mesmo que, na maioria dos casos, normativo) de cada uma das normas nacionais ou mesmo (como tem vindo a surgir no Brasil) pelo que se pretende reconhecido como *língua vernácula* independente. Aguarda-se, assim, uma abordagem global da gramática da Língua Portuguesa entendida como língua pluricêntrica.

Artigo recebido: 05/10/2014

Artigo aceito: 15/12/2014

Referências bibliográficas

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha/ Instituto Antônio Houaiss, 2008.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz; CASADINHO, Margarida. O Português – uma língua pluricêntrica. O Caso de Timor-Leste: De que forma os timorenses perspectivam e avaliam uma das suas línguas oficiais falada apenas por cinco por cento da população? In: *Revista Portuguesa de Humanidades, Estudos Linguísticos*, 13-1. Braga: Universidade Católica Portuguesa de Braga, 63-79, 2009. Disponível em: <http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/bib_timor/Batoreo_Casadinho_2009.pdf>

BATORÉO, Hanna Jakubowicz; SILVA, Augusto Soares da. Estudar o português como língua pluricêntrica no enquadramento da Linguística Cognitiva com foco nas variedades nacionais do PE e PB. In: Teixeira e Silva, Roberval; Yan, Qiarong; Espadinha, Maria Antónia; LEAL, Ana Varani. (eds.) (2012). *III SIMELP: A formação de novas gerações de falantes de português no mundo*. China, Macau: Universidade de Macau, 2012. CDROOM. ISBN: 978-99965-1-035-9.

- BAXTER, Alan N. Portuguese as a pluricentric language. In: Michael Clyne (ed.) (1992). *Pluricentric Languages: differing norms in different nations*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1992, p. 11-44.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lucerna. 37. ed. revista e ampliada da *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999 [1961].
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CÁTEDRA de Português, Língua Segunda e Estrangeira, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique – *site*. Disponível em: <<http://www.catedraportugues.uem.mz/>>
- CLYNE, Michael. Pluricentric languages – Introduction. In: _____ (ed.). *Pluricentric Languages: differing norms in different nations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992, p. 1-10.
- CUNHA, Celso e Luís Lindley CINTRA. *Nova gramática da língua portuguesa*. Lisboa: João Sá da Costa, 1984.
- MATEUS, Maria Helena Mira; DUARTE, Inês; BRITO, Ana Maria; FARIA, Isabel Hub. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- MATEUS, Maria Helena Mira; DUARTE, Inês; BRITO, Ana Maria; FARIA, Isabel Hub; VILLALVA, Alina; MATOS, Gabriela; OLIVEIRA, Fátima; FROTA, Sónia; VIGÁRIO, Marina. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003.
- NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs.) *Gramáticas Contemporâneas do Português com a Palavra, os Autores: Evanildo Bechara et al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- NEVES, Maria Helena de Moura *Gramática de usos de português*. São Paulo: Editora UNESP, 2011 [1999].
- PERINI, Mário Alberto. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- RAPOSO, Eduardo Paiva B., NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MOTA, Maria Antónia Coelho da; SEGURA, Luísa, Amália MENDES, com colaboração de Graça VICENTE e Rita VELOSO (org.) *Gramática do Português*. Vol. I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- SILVA Augusto Soares da (ed.) (2013). *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*. New York: De Gruyter, 2013.
- SILVA Augusto Soares da; TORRES, Amadeu; GONÇALVES, Miguel (orgs.) *Línguas Pluricêntricas. Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas*, Braga: Aletheia, 2011.